



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

CENTRO ADMINISTRATIVO GOVERNADOR VIRGÍLIO TÁVORA

Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/n.º - Cambé - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax: 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

Ofício-Circular Nº. 101/2015-CGJ

Fortaleza, 12 de agosto de 2015.

Prezados(as) Senhores(as)
Titulares dos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais
Estado do Ceará

Processo Administrativo nº 8500472-57.2015.8.06.0026/0-CGJCE
Assunto: Recomendação nº 18/CNJ

Prezado(a) Senhor(a),

No momento em que cumprimento Vossa Senhoria, sirvo-me do presente para reiterar os termos do Despacho/Ofício-Circular nº 62/2015/CGJCE (em anexo), no sentido de solicitar informações, **no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias**, quanto ao cumprimento das determinações constantes na Recomendação nº 18-CNJ (*dispõe acerca da expedição de certidão de óbito no estabelecimento de saúde em que ocorra o falecimento*), particularmente aquelas serventias que, até o presente momento, nada apresentaram.

Na oportunidade, esclareço que o não cumprimento das determinações exaradas por esta Corregedoria implica, em tese, violação ao dever funcional a ser apurado em momento oportuno, tudo nos termos do Despacho deste signatário de p. 170-171.

Atenciosamente,

Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Corregedor Geral da Justiça



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR**

Referência n.º 8500472-57.2015.8.06.0026

Assunto: Providência/Recomendação n.º 18/2015 da CNJ

Interessado(a): Corregedoria Nacional de Justiça

DESPACHO/OFÍCIO CIRCULAR N.º 062/2015/CGJ-CE

Cuida-se de expediente encaminhado pela Corregedoria Nacional de Justiça, mediante Ofício Circular n.º 0009/CN-CNJ/2015, pelo qual informa a este Órgão Corregedor a publicação da Recomendação n.º 18, de 02/03/2015, que dispõe sobre a expedição de certidão de óbito no estabelecimento de saúde em que ocorra o falecimento, nos moldes do procedimento disposto no provimento n.º 13 de 03/09/2010 e provimento n.º 17 de 10/08/2012, ambos da CNJ. Solicita ainda informações obtidas dos resultados advindos da aludida recomendação.

Instada a se manifestar, à Auditoria desta Corregedoria sugeriu à fl. 14/15, a expedição de ofício circular para todos os Oficiais Registradores de Pessoas Naturais do Estado do Ceará, a fim de dar amplo conhecimento da aludida Recomendação n.º 18 da CNJ, recomendando, outrossim, aos mencionados Registradores que a expedição da Certidão de Óbito no estabelecimento de saúde em que ocorre o falecimento, utilizando-se analogicamente dos procedimentos dispostos nos Provimentos n.ºs 13 e 17 da Corregedoria Nacional da Justiça e 04/2011 e 05/2012, desta Casa Correcional, observando sempre a Lei 6.015/73. Determinando, ainda, a todos os Oficiais cientificados, que comuniquem a esta Corregedoria as medidas adotadas acerca do cumprimento da referida recomendação n.º 18 da CNJ, para fins de resposta do Conselho Nacional de Justiça.

Às fls. 19/20 consta despacho determinando a expedição de ofício circular aos Oficiais Registradores de Pessoas Naturais do Estado do Ceará, a fim de dar amplo conhecimento da aludida Recomendação n.º 18 da CNJ, fazendo expressa orientação sugerida pela Auditoria desta Corregedoria. Ato contínuo foi determinado expedição de ofício circular aos Juizes Diretores dos Foros, na qualidade de Corregedores contínuos, dando-lhes ciência da sobredita norma, advertindo-lhes para que acompanhem e fiscalizem os atos e procedimentos adotados pelos registradores em decorrência da Recomendação n.º 18 da CNJ, nos termos do art. 16 do Provimento 04/2011 e do art. 3º do Provimento 05/2012, ambos desta Corregedoria Geral.

Por sua vez, em despacho proferido às fls. 29/30, foi determinado o aguardo, pelo prazo de 10 (dez) dias, dos informes dos Oficiais Registradores de Pessoas Naturais desta Casa Correcional, acerca das medidas adotadas ao cumprimento da Recomendação n.º 18

da CNJ.

Retornam os autos conclusos com manifestação da colenda Corregedoria Nacional de Justiça, mediante ofício circular nº 14/CN-CNJ/15, informando o prazo de 15 (quinze) dias, contados do dia 15 de maio de 2015, para instalação de postos de atendimento nos estabelecimentos de saúde, para expedição de certidão de óbito, conforme disposto na Recomendação nº 18/2015.

Assim sendo, expeça-se ofício circular aos Oficiais Registradores de Pessoas Naturais do Estado do Ceará, fazendo menção à determinação contida no ofício circular nº 14/CN-CNJ/15, assinalando, para tanto, o prazo de 5 (cinco) dias para os informes acerca das medidas adotadas ao cumprimento da sobredita Recomendação nº 18 da CNJ. Ato contínuo expeça-se ofício circular aos Juízes Diretores dos Foros, na qualidade de Corregedores permanentes, dando-lhes ciência da aludida determinação advinda da colenda Corregedoria Nacional de Justiça. Sem resposta, fica determinado a reiteração do supramencionado expediente.

Cientifique-se à douda Corregedoria Nacional de Justiça desta decisão.

À Diretoria Geral deste Órgão Correcional para providências.

Fortaleza, 18 de maio de 2015.


Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Ceará